

PREFÁCIO

O estudo do Direito Ambiental tem permitido diversos enfoques diante da crescente necessidade de garantia do meio ambiente ecologicamente equilibrado, com reflexo nos direitos básicos do cidadão, na vida em sociedade, nas atividades do Poder Público e na atuação do direito privado.

Os capítulos constantes no presente livro representam essa multiplicidade de aspectos. Para organizá-los, escolhemos agrupá-los em temas correlacionados, dividindo-os em quatro partes.

Na primeira parte estão reunidos os textos que tratam do meio ambiente como direito fundamental e os direitos básicos a ele relacionados.

A segunda parte contém as propostas que discutem o papel da sociedade na proteção ambiental e na promoção da sustentabilidade.

A atuação do Poder Público na proteção ambiental é desenvolvida na parte três, restando, para a parte quatro, as relações entre o direito privado e o interesse ambiental difuso, em sentido amplo.

Parte 1: **DIREITOS BÁSICOS E DIREITO FUNDAMENTAL AO AMBIENTE**

O estudo dos Direitos Fundamentais em análise sistêmica com a proteção constitucional ao meio ambiente, diante do bem-estar-social e da preservação dos recursos naturais, observando o desenvolvimento pleno a partir da harmonização dos bens vitais, fundamentam a primeira parte do trabalho, construído coletivamente, a partir da temática que agrupou os artigos apresentados.

Entre os direitos básicos e o Direito Fundamental ao Meio Ambiente, perpassa a reflexão crítica das atividades econômicas desenvolvidas a partir e no próprio meio natural, sua permissão legal, seus limites, sem perder de vista os procedimentos administrativos que possam liberá-las, diante da observação dos princípios da precaução e da prevenção que já se encontravam previstos na Política Nacional do Meio Ambiente, agora recepcionados pela Constituição Federal, seguidos das novas políticas ambientais também em estudo no presente trabalho.

Parte 2: **SOCIEDADE E SUSTENTABILIDADE**

Diante da crise ambiental e dos riscos a que estamos expostos, os estudos reunidos nesta segunda etapa do trabalho, permitem a verificação das transformações sociais e ambientais que vêm ocorrendo nos últimos tempos e suas consequências para o Direito e a sociedade.

Nesse sentido e diante da chamada sociedade de risco, as novas correntes da Economia Ambiental, com a construção pragmática de discursos diversos, pode-se

analisar a transdisciplinariedade do Meio Ambiente, a partir do Direito e também com olhares como da Antropologia, Sociologia, levando a novos discursos de orientação Econômica e Política.

Parte 3. PODER PÚBLICO E PROTEÇÃO AMBIENTAL

O art. 225 da Constituição Federal demonstra a atuação esperada do Poder Público, com diversas obrigações constantes, principalmente, no seu parágrafo primeiro. A terceira parte deste livro desenvolve diversas dessas obrigações.

Nesse sentido, concentra estudos sobre políticas públicas e controle de poluição visual urbana, aspectos gerais sobre o licenciamento ambiental e a eficácia da lei complementar nº 140 de 2011, as obrigações dos Municípios relacionadas à logística reversa e ao manejo dos resíduos sólidos, bem como a responsabilidade do estado por danos ambientais decorrentes da omissão do Poder Público no exercício do poder de polícia.

A tributação ambiental é tratada em três capítulos, que enfrentam a tributação regulatória e a extrafiscalidade ambiental, trazendo como exemplos o IPTU como instrumento para a proteção das cidades e o ICMS como forma de induzir políticas públicas ambientais municipais.

O último texto da terceira parte é voltado ao direito penal, com enfoque para sua ambientalização e para a criminalização de condutas que degradam o meio ambiente.

Parte 4. DIREITO PRIVADO E INTERESSE COLETIVO AMBIENTAL

A esfera privada tem também o dever de preservar e defender o meio ambiente.

Os capítulos da quarta parte dão esse enfoque, começando com a responsabilidade socioambiental da empresa, que deve envolver a conscientização de seus dirigentes.

Em dois outros capítulos são trabalhados conflitos entre a proteção ambiental e a propriedade privada, voltando-se ao estudo da função socioambiental da terra e das áreas ambientalmente protegidas.

O último capítulo do livro enfrenta os direitos de personalidade e sua relação com a tutela do patrimônio cultural, partindo da análise do art. 216 da Constituição Federal.

Faremos assim a revisitação da temática Ambiental, a partir de vários olhares, tocando a fundamentação teórica contemporânea, bem como a problemática que se põe na atualidade, sem perder de vista os princípios e direitos fundamentais que estruturam a proteção magna em nosso país, mas não somente, alçando voo para reflexões sobre a “policrise” e para o meio ambiente como bem comum da humanidade.

Uma boa leitura a todos!

Profa. Dra. Belinda Pereira da Cunha – UFPB
Profa. Dra. Letícia Albuquerque – UFSC
Prof. Dr. Leonardo da Rocha de Souza – UCS